



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO CADEADO/RS

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2025

TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 03.506.307/0001-57, situada na Rua Machado de Assis, n. 50, Prédio 2, Santa Lúcia, em Campo Bom – RS, telefone (51) 4002-4099, ramal 1063, e-mail: licitacoes@edenred.com, vem, respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Senhoria, tempestivamente, **IMPUGNAR** o edital da licitação supracitado, mediante os fatos e fundamentos a seguir expostos.

I – SÍNTESE DOS FATOS

Está marcada para o dia 29 de abril de 2025, a realização do certame acima mencionado que tem por objeto escolha da proposta mais vantajosa para *“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO COM CARTÃO E SISTEMA VIA WEB, REFERENTE AO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS E LINHA AMARELA DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO CADEADO/RS”*

Ocorre que, o instrumento convocatório desta licitação contém especificações que são inaplicáveis ao objeto ora licitado, considerando suas particularidades, e tais exigências limitam a participação de um maior número de empresas, prejudicando, assim, o propósito maior da Licitação que é a **busca pela proposta mais vantajosa para a Administração**, por meio da ampla disputa, conforme discorreremos a seguir.

II - RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Especificamente, a presente impugnação abordará 01 ponto do Edital, qual seja: **a)** exigência restritiva de qualificação econômico-financeira;

II.1. Da Exigência Restritiva de Qualificação Econômico-Financeira

Conforme acima mencionado, no Edital em comento as exigências de qualificação econômico-financeira afrontam não só a legislação em vigor, mas, ainda, a orientação sistematizada e reiterada dos Tribunais de Contas.

II.1.a. Das Previsões Editalícias





Nesse sentido, aponta-se que o Edital ora impugnado contém exigência restritiva da ampla competição, a qual está diretamente relacionada aos seguintes itens da exigência de qualificação econômico-financeira, vejamos:

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

Posto isto, depreende-se que o referido Edital **deixa de prever alternativa em relação à qualificação econômico-financeira.**

No ponto, salienta-se que **o certame deveria referir que, ALTERNATIVAMENTE, quando as empresas participantes da licitação não apresentarem resultado igual ou maior que 1 (um) nos índices constantes da cláusula editalícia, a qualificação econômico-financeira se daria por meio de comprovação de Capital Social ou de Patrimônio Líquido até 10% do montante da contratação.**

II.1.b. Da Análise Recente de Caso Idêntico e Entendimento do TCE/SC sob a luz da Lei 14.133/21

Em recente representação distribuída ao TCE/SC onde foi apontada a restrição de competitividade de cláusulas que exigiam comprovação de qualificação econômico-financeiras baseada apenas em índices, ou seja, sem admissão de forma alternativa da comprovação desta exigência, fora deferida medida cautelar para suspensão do referido pregão. Vejamos:

Quanto ao fumus boni iuris, o representante questionou a exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira no edital (item 11.2, "p" do Edital), com Índice de Liquidez Corrente (ILC), Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Solvência Geral (ISG) igual ou maior que 1,0 para a licitação sem a possibilidade de forma alternativa de comprovar a capacidade financeira do licitante, como por meio do patrimônio líquido ou capital social até 10% do montante do valor estimado para contratação.

O corpo técnico ponderou que tal exigência restringe a competitividade, e a admissão de forma alternativa de comprovação da qualificação econômico-financeira ampliaria a participação de interessados e a busca da proposta mais vantajosa à Administração Pública, objetivo previsto no inciso I do art. 11 da Lei (federal) nº



14.133/202112, sobretudo tendo em vista o valor da contratação, que alcança mais de 200 milhões de reais. Inferiu que a nova lei de licitações permite, considerando peculiaridades de cada caso, até 4 (quatro) requisitos envolvendo a capacidade econômico-financeira da interessada, incluindo a possibilidade de estabelecimento de exigência alternativa do capital mínimo ou de patrimônio equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação: [...] § 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução

de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. (...)

No mais, estou **de acordo com as conclusões da diretoria técnica, motivo pelo qual resta caracterizado o fumus boni iuris para a concessão da medida cautelar** em relação a dois primeiros apontamentos, com o não conhecimento apenas em relação à limitação do preço máximo a ser contratado.

Verifico que o **Pregão Eletrônico teve data de abertura em 16.01.2024, estando na iminência de adjudicação, homologação e realização de contratações dos preços registrados.** Portanto, **caracterizado o periculum in mora (perigo na demora) da concessão da medida cautelar.**

Ressalto, ademais, que a negativa do pedido elaborado pelo representante pode retirar a utilidade de eventual medida futura deste Tribunal. (...)

Ante o exposto, DECIDO por: (...)

4 – Deferir a medida cautelar para sustar o Pregão Eletrônico ^{nº}

093/2023, promovido pelo Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, de serviços de Gerenciamento da Manutenção Preditiva, Preventiva e Corretiva de

Veículos Automotores e Equipamentos, incluindo Pneus, Óleos Lubrificantes e Lavação, em uma ampla rede credenciada de oficinas, autopeças ou concessionárias, no Modelo de Autogestão, vedada a cobrança de taxas secundárias, mensalidades e similares da rede credenciada, ou para que se abstenha de realizar contratações, se for o caso, por estarem presentes os pressupostos do art. 29 da Instrução Normativa nº TC-0021/2015 c/c o artigo 114-A do Regimento Interno desta Corte de Contas, até deliberação ulterior deste Tribunal.¹

Para mais, a Representação, obteve decisão final, a qual seguiu o relatório técnico e parecer ministerial, **chegando a mesma conclusão sobre o assunto, isto é, que a limitação da comprovação de qualificação econômico-financeiras baseada apenas em índices, ou seja, sem admissão de forma alterativa da comprovação desta exigência restringe a competitividade do certame, decidindo pela recomendação de que nos certames futuros haja a previsão alternativa da comprovação de tal exigência.** Vejamos:

Sobre qualificação econômico-financeira, a Área Técnica ilustrou que **o art. 69 da Lei Federal nº 14.133/21 promoveu alterações pontuais no que já era previsto no art. 31 da Lei anterior (8.666/93)**, mantendo, entretanto, a essência daquilo que já vinha sendo aplicado nos certames licitatórios regidos pela norma revogada¹⁰.

Exemplo disso se pode aferir no § 4º do art. 69, da Lei Federal 14.133/21, que reproduziu o que dispunha o art. 31, §§ 2º e 3º da revogada Lei Federal 8.666/93¹¹ (fls. 1280 e 1281).

Do ponto de vista da **qualificação econômico-financeira, a Constituição da República, no seu art. 37, inciso XXI, já estabelece que a norma infraconstitucional ao fixar as exigências da qualificação técnica e econômica preveja somente aquilo que for indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.** Como observado pela Área Técnica, ao estabelecer um valor para o índice da avaliação econômico-financeira, a Administração acaba por fixar o modo objetivo de comprovar a aptidão econômica do licitante para o cumprimento da obrigação, ressaltando que a norma legal requer, conforme o art. 69, caput, da Lei Federal 14.133/21, que tal escolha seja devidamente justificada (fl. 1281). Por outro lado, ao limitar a avaliação tão somente ao índice contábil escolhido, em razão da objetividade do

¹ TCE/SC – Representação n. **24/80000200**

julgamento, poderá a Administração, por um formalismo exacerbado, deixar de obter uma proposta mais vantajosa, desclassificando ou até mesmo afastando do procedimento licitatório uma empresa que apesar de não satisfazer o valor do índice escolhido pela administração, dispõe de condição econômico-financeira para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato¹² (fls. 1281 e 1282).

A Lei Federal nº 14.133/21 estabeleceu no § 4º do artigo 69 a possibilidade de a Administração estabelecer no Edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% do valor estimado da contratação quando se tratar de compras para entrega futura ou execução de obras e serviços.

O Corpo Instrutivo entendeu a possibilidade prevista em Lei nas situações estabelecidas como sendo um “Poder Dever”, tendo em vista a finalidade precípua da norma contida no caput do artigo 69, que busca garantir que o fornecedor ou prestador do serviço demonstre ter aptidão econômica para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato (fl. 1282).

A Diretoria Técnica trouxe o seguinte questionamento: a Administração deve prever nos editais de licitação a inabilitação imediata de licitante que não comprovar o atendimento dos índices financeiros exigidos ou se existem meios de habilitá-lo sem que tal requisito seja cumprido possibilitando assim a ampliação da participação dos interessados sem ofensa a Lei?

O Corpo Instrutivo fundamentou a sua conclusão em doutrina técnica da Consultoria Zênite, especializada na matéria de licitações públicas e contratos administrativos.

Além disso, observou-se que a Administração Federal, na Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 2, de 11 de outubro de 2010, normativa aplicada ao SICAF, ao disciplinar a questão no art. 44 da referida norma regulamentar estabeleceu o seguinte:

“Art. 44 O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos no inciso V do art. 43 desta norma, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do art. 31 da Lei nº 8.666, de 1993, como exigência para sua habilitação, podendo, ainda, ser solicitada prestação de garantia na forma do §

1º do art. 56 do referido diploma legal, para fins de contratação. (Grifou-se.)"

Ao garantir uma regra que possibilite ao licitante demonstrar a sua capacidade de cumprir com a obrigação contratual pelos meios alternativos previstos no § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14/133/21, garante-se, além da exigência para a garantia da execução do contrato, também, a possibilidade de uma contratação mais vantajosa para a Administração (fl. 1283)

Ainda quanto à ausência de justificativa questionada pela representante: a exclusividade da regra para fins de habilitação (fl. 19), conforme atestado pela Área Técnica, o Termo de Referência quando aborda o tema requisitos da contratação (Item 5), ao tratar da qualificação econômico-financeira, não faz nenhuma referência à justificativa, seja da escolha do valor do índice, seja da escolha como único parâmetro para empregar como critério de habilitação (fls. 596-599). O Estudo Técnico Preliminar, do mesmo modo, não faz nenhuma referência sobre as razões da escolha do índice ou de fixar tal índice como único critério de habilitação (fls. 609-684). Estando, assim, em desacordo com o caput do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/21.

Segundo o Corpo Instrutivo, o responsável não se manifestou sobre a questão relacionada à ausência de justificativa (fl. 1284).

Diante de tais constatações, a Diretoria Técnica concluiu que a Unidade Gestora promotora da licitação deixou de atender ao disposto no caput do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/21, quanto à necessidade de justificar devidamente no processo licitatório o índice econômico escolhido e/ou o meio empregado para tal comprovação.

Verificou-se, então, a existência de irregularidade com potencial, em tese, de interferir no desenvolvimento do processo licitatório (fl. 1284). (...)

Sugeriu-se ao Relator que **recomendasse à Unidade nos próximos editais, ao proceder à escolha do valor dos índices econômico- financeiros para qualificação e habilitação dos licitantes, nos termos do art. 69, caput, da Lei Federal nº 14/133/21**, que motive a escolha feita (fl. 1284).

Ademais, **nos futuros certames para contratação de compras para entrega futura, ou execução de obras e serviços, que a Unidade estabeleça no Edital a possibilidade do licitante que não comprovar o índice contábil exigido para a habilitação o faça demonstrando**

atender ao que dispõe o § 4º, do art. 69, da Lei Federal nº 14.133/21, sobre o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, dentro do limite legal estabelecido (fl. 1285).

Diante do exposto, **neste ponto, o Ministério Público de Contas concorda com as considerações da Diretoria Técnica**, seja quanto à ausência de diminuição da competitividade, **como também à sugestão de recomendação à Unidade Gestora.** (...)

DECISÃO:

2. Considerar parcialmente procedente a Representação formulada pela empresa “Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A.”, acerca de supostas irregularidades ocorridas no Edital de Pregão Eletrônico n. 093/2023, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, de serviços de Gerenciamento da Manutenção Preditiva, Preventiva e Corretiva de Veículos Automotores e demais equipamentos, e considerar irregular:

2.1. A ausência de justificativa acerca da limitação da comprovação da habilitação econômico-financeira do licitante aos índices previstos no item 11.2, “p”, do Edital, contrariando o disposto no caput do art. 69 c/c o inciso I do art. 11 da Lei Federal n. 14.133/2021 (item 2.1 do Relatório n. DLC - 185/2024).

3. Recomendar ao atual representante do Consórcio Interfederativo Santa Catarina (CINCATARINA) que em futuros certames:

3.1. ao proceder a escolha do valor relativo aos índices para qualificação econômico-financeira e habilitação dos licitantes, atente para a necessidade de motivar a sua escolha, em razão do estabelecido no caput do art. 69 da Lei Federal n. 14/133/21.

3.2. estabeleça no edital, cujo objeto é a contratação de compras para entrega futura ou execução de obras e serviços, a possibilidade de que o licitante que não comprove o índice contábil exigido para a habilitação o faça alternativamente, demonstrando o limite mínimo de capital ou de patrimônio líquido previsto no § 4º do art. 69 da Lei Federal n. 14.133/21.²

² TCE/SC – Representação n. 24/80000200



Por conseguinte, verifica-se que já existe no Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina a formação de doutrina que, ao analisar a presente situação, sob a ótica da Lei n.º 14.133/21, entende que nos certames para contratação de compras para entrega futura, ou execução de obras e serviços, a fim de respeitar os princípios da legalidade e da vedação à restrição de competitividade, no Edital deve estar prevista a possibilidade do licitante que não comprovar o índice contábil exigido para a habilitação o faça demonstrando atender ao que dispõe o § 4º, do art. 69, da Lei Federal n.º 14.133/21, sobre o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, dentro do limite legal estabelecido.

II.1.c. Das Garantia Constitucional de Exigências Mínimas

A Constituição Federal assim estabelece no art. 37, inciso XXI. Veja-se:

*Art. 37 (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**; (grifou-se)*

Sobre o tema, leciona Marçal Justen Filho:

*Pode afirmar-se que, **em face da Constituição, o mínimo necessário à presunção de idoneidade é o máximo juridicamente admissível para exigir-se no ato convocatório.***

*Logo, **toda vez que for questionada acerca da inadequação ou excessividade das exigências, a Administração terá de comprovar que adotou o mínimo possível.** Se não for possível comprovar que a dimensão adotada envolvia esse mínimo, a Constituição terá sido infringida.*

Se a Administração não dispuser de dados técnicos que justifiquem a caracterização da exigência como indispensável (mínima), seu ato será inválido.

Não caberá invocar competência discricionária e tentar respaldar o ato sob argumento de liberdade na apuração do mínimo. É claro que a referência constitucional se reporta ao mínimo objetivamente comprovável - não





àquilo que parece ser o mínimo em avaliação meramente subjetiva de um agente³. (grifou-se)

Corroborando tal entendimento, segue a jurisprudência do Tribunal de Contas da união. Vejamos:

As exigências Editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. (Acórdão 110/2007 Plenário)

Não se pode perder de mira, portanto, que **quaisquer exigências fora do que é necessário para o atendimento da finalidade específica almejada pela Administração pode ser tida como inconstitucional.**

II.1.d. Do Dever de Ampliação do Certame

Ademais, necessário ressaltar que, a Administração Pública deve trabalhar com o escopo de obter sempre o maior número de propostas possíveis, na busca da que lhe seja mais vantajosa, conforme disposto na Lei n.º 14.133/21. Vejamos.

Art. 80. A pré-qualificação é o procedimento técnico-administrativo para selecionar previamente: (...)
*§ 4º A apresentação de documentos far-se-á perante órgão ou comissão indicada pela Administração, que deverá examiná-los no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis e determinar correção ou reapresentação de documentos, quando for o caso, **com vistas à ampliação da competição.** (grifou-se)*

Destarte, evidente que a peça editalícia caminha em sentido contrário ao interesse público, posto que as cláusulas de qualificação econômico-financeira limitam o universo de competidores e, assim, restringem o caráter competitivo em violação clara ao artigo acima colacionado e ao disposto no art. 9º, I, a⁴, da Lei n.º 14.133/21.

Tais disciplinas da Lei referem que toda licitação deverá resguardar o interesse público, utilizando-se, para tanto, a garantia da participação total, ampla e irrestrita das pessoas que se fizerem interessadas.

³ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, São Paulo, 2010, pág. 294:

⁴ Lei n. 14.133/21: “Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;”





Isso quer dizer, ressalvado interesse na preservação do erário público, **a licitação deve ser conduzida de modo a ampliar a participação do particular, oportunizando de forma igualitária que aqueles detentores de capacitação elementar à execução do objeto licitado, possam concorrer para a satisfação daquele interesse público.**

Tal entendimento, é sedimentado pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União que, apesar de tratar da Lei n.º 8.666/93, aplicam-se também às previsões idênticas contidas na Nova Lei de Licitações. Vejamos:

Abstenha-se de incluir cláusulas em edital que venham a impor ônus desnecessários aos licitantes, (...) por implicar restrição ao caráter competitivo do certame, em violação ao art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 1227/2009 Plenário)

É inconstitucional e ilegal o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo dos certames. (Acórdão 539/2007 Plenário)

Somado a isso, a Lei n.º 14.133/21 contém a seguinte disposição acerca da demonstração de saúde financeira das licitantes, vejamos:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e **será restrita à apresentação da seguinte documentação:**

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º **Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.**

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.





§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do **caput** deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (grifou-se)

Do sobredito artigo, vale frisar o que reza seu § 5º. Vejamos:

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação (Grifou-se)

A limitação dos critérios de habilitação econômico-financeira ora exigidos não é prática usual nos Editais de licitação do país. Usual no sentido de comum, exigida por todos, sem que pudesse afastar a competitividade.

Por conseguinte, não pode este órgão licitante, a um só tempo, direcionar a licitação a pouquíssimos fornecedores e restringir a competitividade por conta disso a tantas outras. A questão é de singela solução!

Nesse sentido, insta salientar, mesmo que as licitantes não atinjam as avaliações desejadas pela Administração, ainda assim há possibilidade de substituição por outros critérios igualmente válidos a demonstrar a saúde financeira das empresas, em especial para ampliar a competição no certame.

Analisa-se alguns exemplos, conforme o caso em tela, mencionados apenas a título ilustrativo:

Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria de Gestão

(...) Art. 24. **O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos no art. 22º desta Instrução Normativa, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade**





competente, o capital mínimo ou **o patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do art. 31 da Lei nº 8.666, de 1993, como exigência para sua habilitação**, podendo, ainda, ser solicitada prestação de garantia na forma do § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, para fins de contratação.

EDITAL – PE N. 006/2023 – SEGER/ES - REGISTRO DE PREÇOS PARA GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA OFICIAL

(...) 1.4.2.2 - Os **licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um) em qualquer dos índices** referidos **serão considerados habilitados se**, conjuntamente com os documentos de habilitação, **comprovarem patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento)** ou prestarem garantia equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, considerado o período de doze meses, na forma dos §§ 2º e 3º do artigo 31, e do § 1º do art. 56, ambos da Lei 8.666/93, respectivamente)." (grifou-se)

EDITAL – PE N. 0024/2021 – ESTADO DO PARÁ - SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO DE FORNECIMENTO CONTÍNUO E ININTERRUPTO DE COMBUSTÍVEIS E AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO (ARLA 32), EM REDE DE POSTOS CREDENCIADOS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES E EQUIPAMENTOS INTEGRANTES DA FROTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO PARÁ –

(...) 11.1.1 **Caso a empresa apresente resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer dos índices referidos**, ou que não conste o cálculo dos índices no SICAF, a **licitante deverá comprovar por meio do Balanço Patrimonial possuir Capital Social no percentual mínimo de 5%** (cinco por cento) do valor orçado para o Item único.

11.2. **Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% do valor estimado da contratação**, por meio da apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, apresentados na forma da Lei, exceto se já tiver contemplado no SICAF, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta. (grifou-se)





Edital - PE nº 09/2023-SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO, POR MEIO DE SISTEMA INFORMATIZADO, PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS, FILTROS LUBRIFICANTES, SERVIÇOS DE LAVAGENS E DE BORRACHARIA, DE MANUTENÇÃO...

(...) 9.10.4. **As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de dez (10%) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.** (grifou-se)

Depreende-se, portanto, para a licitação em comento, dispensável a exigência de índices iguais ou maiores que 1 (um), quando apresentada **Patrimônio Líquido ou capital social 10% do montante da contratação**, eis que tal indicativo já demonstra a saúde financeira das empresas licitantes.

II.1.e. Da Comprovação de Capacidade Econômico-Financeira

Também vale destacar o entendimento sedimentado pelo Tribunal de Contas da União na Súmula 275 do Tribunal de Contas ao demonstrar que se opõe de forma clara à eventuais previsões restritivas como forma de comprovação da qualificação econômico-financeira, conforme demonstrado a seguir:

*SÚMULA 275 - TCU: Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, **de forma não cumulativa**, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.*

Outrossim, o Plenário do Tribunal de Contas da União aprovou o enunciado da Súmula n.º 289 que consolida entendimento diversas vezes adotado em sua jurisprudência sobre a demonstração da capacidade financeira dos licitantes. Vejamos:

A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.





Vale notar que os dispositivos legais mencionados e o texto da Súmula-TCU n.º 289 decorrem do já mencionado art. 37, XXI, da Constituição Federal, o qual preconiza o princípio de exigência das garantias mínimas.

Logo, a lei n.º 14.133/21 concedeu ao gestor público a possibilidade de eleger, caso a caso, os índices mais adequados à contratação. No entanto, conforme estabelecido na Súmula n.º 289 do TCU, a exigência dos índices contábeis escolhidos somente se legitimará se houver justificativa no processo de licitação.

o fato de a lei não fixar o limite do índice a ser adotado não afasta a responsabilidade do gestor por sua definição, que não pode ser aleatória, nem depender de simples 'palpite' do administrador público. (TCU. Acórdão n.º 932/2013 – Plenário).

Além das necessárias justificativas, informa o enunciado que a opção deve se pautar em parâmetros utilizados no mercado e, como dito, atender às características do objeto licitado.

Por outro lado, a escolha administrativa não pode comprometer a competitividade do certame. Deve o órgão licitante adotar critério que possa ser considerado confiável e que, ao mesmo tempo, possibilite a participação de um número razoável de empresas integrantes do mercado, no intuito de atingir um grau máximo de certeza junto a um risco mínimo à contratação.

Posto isto, depreende-se que o objetivo da Administração não é inserir no Edital o maior número de exigências possíveis, mas apenas aquelas suficientes a revelar a capacidade financeira do licitante.

Por conseguinte, o que importa para o Poder Público é a garantia de cumprimento do contrato. Logo, se apenas uma das exigências forem satisfeitas e esta permitir à Administração assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, restará atendido o espírito da Lei de Licitações.

Sobre o tema, leciona Marçal Justen Filho:

*O TCU vem manifestando orientação no sentido de evitar a consagração de exigências amplas, no tocante à qualificação econômico-financeira. Assim, há decisão no sentido de que **apenas quando os índices do balanço patrimonial não forem iguais ou inferiores a 1, é que a licitante deverá comprovar que possui capital mínimo ou***



patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação e vice-versa.⁵(grifou-se)

O Tribunal de Contas da União é bastante específico nessa situação, pois há segmento específico da atividade econômica apto a atender à natureza e as características especificidades do objeto a ser contratado e que está sendo restringido indevidamente. Vejamos:

(...) 30. Poder-se-ia conjecturar, numa leitura favorável à legalidade do edital, que o item 52.4.7, que estabelece a obrigatoriedade de comprovação do capital social integralizado (fls. 14 do Anexo), presta-se, exclusivamente para valorar a exigência requerida pelo item 52.3.2, **que exige, para as empresas que apresentarem índices contábeis iguais ou inferiores a 1, a comprovação de possuírem capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior a 10% da soma do valor total de sua proposta, de cada lote..** (TCU – Acórdão 1871/2005 – Plenário) (grifou-se)

REPRESENTAÇÃO. **IRREGULARIDADES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DE TOMADA DE PREÇOS QUE RESTRINGIRAM O SEU CARÁTER COMPETITIVO.**

DETERMINAÇÕES. MULTA ... Relatório do Ministro Relator Adoto, como relatório, a instrução do Auditor Federal de Controle Externo: **O dispositivo do Art. 31 da Lei 8.666/93 deixa quatro alternativas ao administrador assegurar-se de que os licitantes terão condições financeiras mínimas para executar o ajuste a ser celebrado: a) índices contábeis iguais ou superiores a 1,0; b) capital social mínimo; c) patrimônio líquido mínimo ou d) prestação de garantia, limitada a 1% do valor estimado para o contrato. Tais hipóteses não são cumulativas,** mas permitem uma atuação discricionária do gestor na escolha da melhor forma de comprovar a qualificação econômico-financeira dos licitantes. Não podem ser utilizadas de forma concomitante, sob pena de transformar a discricionariedade legítima em arbitrariedade vedada por lei. (TCU – Acórdão 6613/2009 – Primeira Câmara) (grifou-se)

REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELA EXTINTA ADPLAN A PARTIR DE TRABALHO REALIZADO POR GRUPO DE ESTUDOS INTEGRADO POR SERVIDORES DE DIVERSOS ÓRGÃOS.

⁵ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010, pág. 475



FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS NO INTUITO DE IMPLEMENTAR MELHORIAS NOS PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO E DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTÍNUA. ANÁLISE DOS DIVERSOS ASPECTOS ABORDADOS PELO GRUPO. FORMULAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES À SLTI/MP E À AGU

82. Para que se obtenha a proposta mais vantajosa é necessária a especificação do produto ou serviço adequada às reais necessidades da Administração e a formulação de exigências de qualificação técnica e econômico-financeira que não restrinjam a competição e propiciem a obtenção de preços compatíveis com os de mercado, mas que afastem empresas desqualificadas do certame.

85. No intuito de conhecer a abrangência das exigências de qualificação econômico-financeira nos processos licitatórios para contratação de serviços terceirizados foram consultados editais de vários órgãos federais e percebeu-se que, embora a legislação permita exigência maior, somente tem-se exigido a comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação quando quaisquer dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral são iguais ou inferiores a 1 (um). (TCU – Acórdão 1214/2013 – Plenário) (grifou-se)

Nota-se, assim, ser corrente nos certames a exigência de apresentação de tais índices ou **ALTERNATIVAMENTE** Patrimônio Líquido em percentual sobre o valor do Contrato, conforme já assentado na doutrina e na jurisprudência.

Não se olvide que essa nobre Administração é quem tem a palavra sobre as exigências fixadas em edital. Não pode, todavia, utilizar de requisitos que restringirão – ou até mesmo inviabilizarão a participação no torneio, como está a ocorrer neste caso – sem a menor necessidade para tanto.

Para mais, ao se falar de índices contábeis, capital social e patrimônio líquido é bom evidenciar que todas essas figuras podem ser objeto de exigência para aferição da qualificação econômica, de acordo com o texto da nova Lei de Licitações. São figuras distintas e que remetem à leitura específica, pois a avaliação financeira de uma empresa demanda a análise por vários critérios, inclusive pela verificação de seu porte.

O Acórdão n.º 647/2014, do TCU, demonstra isso de maneira didática e deve ser lido com atenção para uma compreensão geral da matéria. Vejamos:





Há relação unívoca entre os investimentos desejados e o capital necessário à sua realização, seja ele próprio, de terceiros ou uma combinação de ambos. **Assim, o porte (tamanho em termos financeiros) absoluto da entidade deve ser levado em consideração quando se avalia a capacidade econômico-financeira.**

Os indicadores de liquidez (geral ou corrente) não oferecem visão alguma sobre o porte da entidade em termos absolutos.

Como cuidam de expressar a relação entre os ativos de maior liquidez (aqueles que se imagina sejam conversíveis em moeda mais rapidamente) e os passivos que devem ser liquidados mais prontamente, **no caso da liquidez corrente, e entre os ativos de maior liquidez, somados aos que não deverão ser convertidos em moeda tão rapidamente, e os passivos totais, no caso da liquidez geral, a questão do porte é ignorada.**

A seguir, transcrevo as formas clássicas de cálculo desses dois indicadores de liquidez já adaptadas às alterações promovidas pela Lei 11.941/2009 à Lei das Sociedades Anônimas:

- Liquidez Geral: (Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

- Liquidez Corrente: Ativo Circulante / Passivo Circulante

Os indicadores acima buscam capturar exclusivamente a capacidade de sobrevivência financeira da entidade ao longo do tempo, e guardam relação muito tênue com a capacidade econômico-financeira da entidade de prover os serviços ou produtos que a administração necessita.

Assim, quando a administração adota exclusivamente os índices de liquidez para definir a capacidade econômico-financeira das licitantes, na verdade, corre o risco de selecionar empresas sem capacidade para fornecer os produtos/serviços.

A título de exemplo, duas empresas de diferentes portes podem apresentar as seguintes estruturas contábeis para um dado exercício social:



Empresa A			
Ativo		Passivo	
Circulante	115.000.000	Circulante	110.000.000
Não Circulante:			
Realizável a Longo Prazo	260.000.000	Não Circulante	240.000.000
Imobilizado	500.000.000	Patrimônio Líquido	525.000.000
Total	875.000.000	Total	875.000.000

Empresa B			
Ativo		Passivo	
Circulante	50.000	Circulante	36.000
Não Circulante:			
Realizável a Longo Prazo	40.000	Não Circulante	30.000
Imobilizado	60.000	Patrimônio Líquido	84.000
Total	150.000	Total	150.000

O índice de liquidez geral da Empresa A é 1,071, enquanto o da Empresa B é 1,36. Já o índice de liquidez corrente da Empresa A é de 1,045; o da Empresa B é 1,39.

Embora as duas empresas fossem habilitadas a participar de um certame para fornecimento de serviços ou produtos por apresentarem indicadores de liquidez maiores que 1 (valor tomado como indicativo de suficiente capacidade econômico-financeira), a Empresa B teria, provavelmente, limitações para prestar serviços ou fornecer produtos de maior vulto incompatíveis com a sua estrutura de ativos.

A adoção de critério único para comprovação de capacidade econômico-financeira da empresa, por meio de índices de liquidez, pode levar, na fase de execução do contrato, à frustração do objetivo para o qual a licitação foi realizada. (grifou-se)

Nesse raciocínio, a exigência de patrimônio líquido demonstra mais claramente a real situação econômica de uma empresa.

Observe-se que não se pleiteia a inexistência de critérios ou regras para a habilitação de licitantes. Eles devem sempre existir.

Visa-se apenas à ampliação da competitividade e ao atendimento aos objetivos previstos na Lei e na Constituição Federal sobre o tema, de modo que essa Administração selecione a proposta mais vantajosa para o Poder Público, com a possibilidade de se comprovar a solidez financeira com as demais garantias tanto de patrimônio líquido ou de capital mínimo, assegurar-se-á a ampla competição a este mercado específico e ainda protegerá a Administração, atingindo o objetivo da exigência da qualificação econômico-financeira.

Sendo assim, a exigência editalícia, mostra-se, além de ilegal, claramente restritiva, sendo capaz também, de **diminuir a participação das empresas no presente certame**, pois da forma como o Edital foi elaborado, o





pregão certamente ficará prejudicado, face à inviabilidade de algumas das Licitantes em atenderem a exigência relativa à qualificação econômico-financeira.

Pelas razões expostas requer-se a reformulação do item questionado do edital, para que exija a apresentação **alternativa** de comprovação de Patrimônio Líquido ou capital social até 10% do montante da contratação, quando não atingidos os índices previstos no instrumento convocatório.

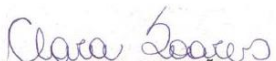
III – DO PEDIDO

ANTE O EXPOSTO, requer-se seja a presente impugnação **RECEBIDA, CONHECIDA e PROVIDA INTEGRALMENTE**, para que, ao final, esta Douta Comissão de Licitação:

- a) reformule o item do edital que se refere à qualificação de habilitação econômico-financeira, possibilitando a apresentação **alternativa** de patrimônio líquido/capital social igual ou superior a 10% do montante da contratação; e
- b) além da apresentação da justificativa prévia a respeito das exigências de índices contábeis de capacidade econômico-financeira contidos no Edital para prestação dos serviços ora licitados;

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Campo Bom - RS, 15 de abril de 2025.


TICKET LOG – TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A
CLARA GABRIELA ALBINO SOARES
ANALISTA DE LICITAÇÕES
MERCADO PÚBLICO
TEL: (51) 3920-2200 – RAMAL: 8273



De: Luciana Moreira dos Santos <lucianamsantos@PREFEITURA.SP.GOV.BR>
Enviado em: terça-feira, 8 de abril de 2025 13:24
Para: SOARES Clara
Assunto: RE: CBM/SP - PE 90003/2025 - 14/04/2025 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Senhores, boa tarde,

Em resposta à impugnação apresentada quanto aos critérios de qualificação econômico-financeira estabelecidos no Edital, esclarecemos que as exigências contidas no item 11.5.3 e no Anexo IV foram definidas em conformidade com a legislação vigente e visam garantir a execução do contrato com segurança e estabilidade financeira.

A exigência de índices econômico-financeiros mínimos, como Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), está amparada pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, em seu artigo 69, que dispõe:

"Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais."

Adicionalmente, conforme previsto no **Art. 53 do Decreto Municipal nº 62.100/2022**, os índices econômico-financeiros setoriais exigíveis para a habilitação e aptidão do licitante deveriam ser publicados anualmente pela Secretaria Municipal da Fazenda. No entanto, até o presente momento, não houve a publicação desses índices pela Fazenda.

Dessa forma, nos termos do **§1º do Art. 53 do Decreto nº 62.100/2022**, que estabelece que "na ausência da fixação do índice setorial previsto no caput, esta poderá ser feita, de forma justificada no processo, pela Pasta contratante", a definição dos índices econômico-financeiros mínimos no edital se faz necessária e legítima.

Tais exigências foram estabelecidas de maneira proporcional e justificada, visando garantir que os licitantes possuam capacidade financeira para cumprir suas obrigações contratuais, reduzindo riscos à Administração Pública e assegurando a adequada execução dos serviços.

Adicionalmente, conforme disposto no edital, na hipótese de o licitante não atender a um dos índices exigidos (LG, LC ou SG), será admitida, alternativamente, a comprovação de Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. Esta prerrogativa tem por objetivo ampliar a competitividade do certame sem comprometer a segurança da contratação.

ATENÇÃO: A resposta acima será divulgada no ComprasGov para conhecimento de todos os interessados.



■ **Luciana Moreira dos Santos**
Subinspetora - Analista de Licitações
DCC - Divisão de Compras e Contratos
☎ (11) 3124-5174
✉ lucianamsantos@prefeitura.sp.gov.br

De: SOARES Clara <clara.soares@edenred.com>

Enviado: terça-feira, 1 de abril de 2025 11:05

Para: ERBR - TLOG - Licitações TicketLog <licitacoes@edenred.com>; PRETTO Ana <Ana.Pretto@edenred.com>; SMSU - DIVISÃO TÉCNICA DE COMPRAS E CONTRATOS <dtcc@PREFEITURA.SP.GOV.BR>; Luciana Moreira dos Santos <lucianamsantos@PREFEITURA.SP.GOV.BR>

Assunto: CBM/SP - PE 90003/2025 - 14/04/2025 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Algumas pessoas que receberam esta mensagem não costumam receber emails de clara.soares@edenred.com. [Saiba por que isso é importante](#)

Prezada Senhora Pregoeira Luciana Santos, bom dia!

Segue impugnação ao edital supramencionado em anexo bem como arquivos complementares (procuração e decisões de outros órgãos sobre a matéria).

Atenciosamente,



CLARA GABRIELA ALBINO SOARES (ELA/DELA)
Mercado Público – Setor de Licitações
Tel. 4002-4099 Ramal 1063
WhatsApp. +55 51 3585-3837 Opção 5 Ramal 1063

Mover,  para o bem

IMPORTANTE Esta mensagem, incluindo qualquer anexo, é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e/ou legalmente protegida. Se você não for o destinatário desta mensagem, por favor, não divulgue, copie, distribua, examine ou, de qualquer forma, utilize a informação aqui contida, por ser ilegal. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este e-mail, e elimine seu conteúdo em sua base de dados, registros ou sistema de controle. This message, including any attachment, is intended exclusively for the person(s) to whom it is addressed, and may contain confidential and / or legally protected information. If you are not the recipient of this message, please do not disclose, copy, distribute, examine or, in any way, use the information contained herein, as it is illegal. If you have received this message in error, we ask that you return this email to us and delete your content in your database, records or control system.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 09/2023

Processo nº: 12070.24335/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de gerenciamento de abastecimento de combustíveis de veículos para frota da Defensoria Pública do Estado de Alagoas.

A empresa **TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A**, inscrita no CNPJ sob o número 03.506.307/0001-57, acreditando haver identificado irregularidades no Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2023, apresentou impugnação ao mesmo, via e-mail, no dia 10 de março de 2023 às 13:45h.

1. DA ADMISSIBILIDADE

Conforme item 20.1 do Edital, no qual determina: “Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital”.

Os itens 20.2.1 e 20.2.2 preveem:

21.2.1. O expediente da DPE/AL se dá em dias úteis, das 08:00h às 14:00h.

21.2.2. Os documentos enviados após este horário, serão contabilizados no primeiro dia útil subsequente, para fins de contabilização de prazos.

Como visto, a Impugnante ofereceu irresignação no prazo legal; haja vista que a sessão pública está marcada para o dia 14 de março de 2023, razão pela qual se apresenta **TEMPESTIVA**.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

2. DA IMPUGNAÇÃO

Em suma, a impugnação insurge sobre a exigência de apresentação de índices financeiros incompatíveis com o mercado segurador. O item 9.10.3 do Edital determina a comprovação da situação financeira da licitante através de índices de liquidez geral, solvência geral e liquidez corrente com resultados iguais ou acima de 01.

Considerando que para o objeto em tela, a liquidez que depende dos prazos médios de pagamento e recebimento, todavia, o recebimento se dá o dobro de tempo após o repasse financeiro de pagamento a rede de postos credenciada, influenciando diretamente o índice de liquidez.

Neste sentido, a Impugnante entende se tratar de exigência excessiva e prejudicial. Deste modo, requer que seja incluída a possibilidade de demonstração de comprovação de regularidade econômico-financeira por meio de capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

3. DO JULGAMENTO

Inicialmente, cumpre informar que o Edital foi analisado pela Assessoria Jurídica, atestando a legalidade do instrumento convocatório e a fase interna da licitação.

Sempre cabe ressaltar que a Administração Pública procura sempre o fim público, respeitando todos os princípios basilares de licitação e contratos administrativos. Tais princípios norteiam a atividade administrativa, impossibilitando que o Agente Público prevaleça suas vontades pessoais, e impõe o dever de pautar suas ações e conduta conforme previsão legal e editalícia.

Não obstante a tudo isso, foi conciliado e ponderado entre a maior competitividade e a garantia de qualidade da prestação dos serviços, onde esse equilíbrio foi buscado, como



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

observamos abaixo:

“Caberá à Administração, na fase interna antecedente à própria elaboração do ato convocatório, avaliar os requisitos necessários, restringindo-se ao estritamente indispensável a assegurar um mínimo de segurança quanto à idoneidade dos licitantes.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 9 ed. – São Paulo: Dialética, 2002, p. 313.).”

Cumpramos ressaltar que a elaboração do Termo de Referência para o certame em questão foi realizada pelo Departamento que possui conhecimento a respeito do objeto, especificações e exigências a ser adquirido pela Administração e foi elaborado sob a égide dos princípios licitatórios, objetivando a ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

No tocante ao teor da impugnação, ao que se refere a qualificação econômico-financeira, em razão da exigência de comprovação dos índices contábeis, impende frisar que a Procuradoria Geral do Estado de Alagoas informa na sua minuta padronizada:

“A exigência de patrimônio líquido mínimo é possível na licitação de serviços, desde que haja justificativa nos autos tanto para a exigência, quanto para a fixação do seu percentual. Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira”

No bojo do processo administrativo nº 12070.24335/2022 não foi tratado do referido assunto, destarte, na omissão da referida justificativa, a elaboração do edital seguiu como padrão pré-determinado conforme Procuradoria Geral do Estado de Alagoas.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Todavia, nesta oportunidade identifica-se que as empresas passíveis de interesse no objeto deste certame possuem a realidade relatada pela Impugnante. Sendo assim, se faz imprescindível assegurar a ampla competitividade, bem como garantir que os direitos e deveres sejam preservados.

Nesta ordem de ideias, entendo que assiste razão à Impugnante, motivo pelo qual DEFIRO o pleito. Assim, reformando os termos do Edital, seguindo com a republicação do mesmo.

4. DA DECISÃO

Prefacialmente, ressalta-se que o presente Edital foi analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica, nos termos do artigo 38, § único, da Lei nº 8.666/93.

Salienta-se que os atos praticados por esta Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, são pautados pelos princípios da isonomia e da legalidade, em consonância com o disposto no artigo 3, da Lei nº 8.666/93:

“Art. 3. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos”.

Cuida este certame sobre o objeto em epígrafe. Após detida análise das razões expostas nas impugnações, a Pregoeira da Comissão Permanente de Licitações da Defensoria Pública do Estado de Alagoas passa a proferir sua decisão, fazendo nos seguintes termos:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Exposto os motivos do julgamento, e ainda em respeito aos princípios basilares que regem este certame, decido **CONHECER** a impugnação interposta e, no mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO** referente ao vício apresentado, pelos fundamentos acima narrados, de modo a alterar o Edital nos mesmos termos.

Maceió/AL, 14 de março de 2023.

Meliana Martin
Pregoeira – DPE/AL

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
Avenida Nilo Peçanha, nº 620 - Bairro Petrópolis
Natal-RN, CEP 59012-300
- <http://huol-ufrn.ebserh.gov.br>

Decisão - SEI nº 47/2024/UCL/SAD/DAF/GAD/HUOL-UFRN-EBSERH

PROCESSO Nº 23526.020395/2023-38

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 90031/2024 - SISTEMA DE PREÇOS PRATICADOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada no gerenciamento, implantação e operação de sistema informatizado/integrado com fornecimento/utilização de cartão magnético ou micro processado, utilizado na operação de fornecimento de combustíveis (gasolinas comum e aditivada, etanol, diesel comum e diesel S10), serviços de manutenção preventiva e corretiva leve e pesada (com reposição de peças e serviços) e lavagem dos veículos, com rede credenciada em todo Brasil para uso do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL-UFRN-Ebserh), compreendendo a gestão de um sistema tecnológico de intendência com metodologia de cadastramento, controle e logística, visando à fiscalização financeira e operacional dos mesmos, pelo período de 12 (doze) meses.

1. DAS RAZÕES

1.1. Trata-se de **IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** proposta por **TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.506.307/0001-57, com sede na Rua Machado de Assis, n. 50, Prédio 2, Santa Lúcia, em Campo Bom – RS, referente às condições dispostas no Edital da Licitação Eletrônica nº 90031/20024, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada no gerenciamento, implantação e operação de sistema informatizado/integrado com fornecimento/utilização de cartão magnético ou micro processado, utilizado na operação de fornecimento de combustíveis (gasolinas comum e aditivada, etanol, diesel comum e diesel S10), serviços de manutenção preventiva e corretiva leve e pesada (com reposição de peças e serviços) e lavagem dos veículos, com rede credenciada em todo Brasil para uso do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL-UFRN-Ebserh), compreendendo a gestão de um sistema tecnológico de intendência com metodologia de cadastramento, controle e logística, visando à fiscalização financeira e operacional dos mesmos, pelo período de 12 (doze) meses, pelos motivos expostos no documento apresentado pela IMPUGNANTE (41119125).

2. DOS PEDIDOS

2.1. Ao fim, requer "[...]seja a presente impugnação RECEBIDA, CONHECIDA e PROVIDA INTEGRALMENTE, para que, ao final, esta Douta Comissão de Licitação:

a) reformule o item do edital que se refere à qualificação de habilitação econômico-financeira, possibilitando a apresentação alternativa de patrimônio líquido/capital social igual ou superior a 10% do montante da contratação, exatamente no mesmo modelo do edital antes da republicação do adendo modificador 01;

b) além da apresentação da justificativa prévia a respeito das exigências de índices contábeis de capacidade econômico-financeira contidos no Edital para prestação dos serviços ora licitados;"

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

3.1. Da Tempestividade da Impugnação

3.1.1. Preliminarmente cabe analisar que a IMPUGNAÇÃO foi interposta dentro das condições e prazo previstos no item 4 do Edital e seus subitens.

3.1.2. Dessa forma, atendidos os pressupostos de admissibilidade, a recebo para análise do seu mérito.

3.2. Do Mérito

3.2.1. Considerando os argumentos apresentados pela IMPUGNANTE e toda a documentação disponível no processo em epígrafe, a Equipe Técnica manifestou seu entendimento: (41119324)

Considerando o pedido de impugnação apresentado para a LE nº 90031/2024 - Contratação de empresa especializada no gerenciamento, implantação e operação de sistema informatizado/integrado com fornecimento/utilização de cartão magnético ou micro processado, utilizado na operação de fornecimento de combustíveis (gasolinas comum e aditivada, etanol, diesel comum e diesel S10), serviços de manutenção preventiva e corretiva leve e pesada (com reposição de peças e serviços) e lavagem dos veículos, com rede credenciada em todo Brasil para uso do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL-UFRN-Ebserh), compreendendo a gestão de um sistema tecnológico de intendência com metodologia de cadastramento, controle e logística, visando à fiscalização financeira e operacional dos mesmos, pelo período de 12 (doze) meses.

Considerando ainda os argumentos do aludido pedido, devidamente fundamentados

A Equipe de Planejamento da Contratação **decide pelo acolhimento do requerido**, com fundamentação na possibilidade de ampliação da competitivamente e mitigação de possíveis restrições de participação de interessados.

4. DA DECISÃO

4.1. Diante dos fatos apresentados e da análise realizada, este Agente de Licitação, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0) e Lei 13.303/2016, decide:

- a) RECEBER a presente IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO, tendo em vista sua tempestividade e admissibilidade;
- b) No mérito, pela **PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS**, com o retorno do processo para a Equipe de Planejamento da Contratação, para que sejam realizadas as alterações/ajustes pertinentes no instrumento convocatório e seus anexos.

(Assinado eletronicamente)

José Talles da Silva

Agente de Licitação

Huol-UFRN/Ebserh



Documento assinado eletronicamente por **Jose Talles da Silva, Assistente Administrativo**, em 31/07/2024, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41119387** e o código CRC **23F61233**.

Referência: Processo nº 23526.020395/2023-38 SEI nº 41119387

RELATÓRIO DE IMPUGNAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO GCONT.F 910392024
RMS COSET.F 2023/08/0087

OBJETO: Contratação de empresa especializada em administração e gerenciamento de cartão magnético para abastecimento de combustível (gasolina comum, gasolina aditivada, etanol hidratado, óleo diesel e óleo diesel S 10), fluidos, óleos e lubrificantes, em rede de postos credenciados, conforme condições e características estabelecidas no presente Termo de Referência, conforme Termo de Referência.

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO, APRESENTADO POR EMPRESA INTERESSADA NO PROCESSO LICITATÓRIO.

A impugnação que ora se avalia foi apresentada, tempestivamente, podendo, portanto, ser recebida e apreciada pelo Pregoeiro, para a devida análise quanto à sua procedência.

A seguir destaco, de forma resumida, os argumentos da empresa impugnante:

I. DO PEDIDO E ARGUMENTOS APRESENTADOS

I.1 RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Especificamente, a presente impugnação abordará a exigência restritiva de qualificação econômico-financeira;

I.1.1 Da Exigência Restritiva de Qualificação Econômico-Financeira

Conforme acima mencionado, no Edital em comento as exigências de qualificação econômico-financeira afrontam não só a legislação em vigor, mas, ainda, a orientação sistematizada e reiterada dos Tribunais de Contas.

I.1.2 Das Previsões Editalícias

Nesse sentido, aponta-se que o Edital ora impugnado contém exigência restritiva da ampla competição, a qual está diretamente relacionada aos seguintes itens da exigência de qualificação econômico-financeira, vejamos:

c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei. Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar o seguinte:

➤ Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

Sendo: Índice de Solvência (I.S.) = $AT / (PC + ELP)$;

Índice de Liquidez Geral (I.L.G.) = $(AC + RLP) / (PC + ELP)$;

Índice de Liquidez Corrente (I.L.C.) = AC / PC ;

Onde: AT = Ativo Total, AC = Ativo Circulante, RLP = Ativo Realizável a Longo Prazo, PC = Passivo Circulante, ELP = Passível Exigível a Longo Prazo.

➤ Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada.

Posto isto, depreende-se que o referido Edital deixa de prever alternativa em relação à qualificação econômico-financeira.

No ponto, salienta-se que o certame deveria referir que, **ALTERNATIVAMENTE**, quando as empresas participantes da licitação não apresentarem resultado igual ou maior que 1 (um) nos índices constantes da cláusula editalícia, a qualificação econômico-financeira se daria por meio de comprovação de Capital Social ou de Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% do valor da proposta apresentada pela licitante ou, ainda, pela apresentação de garantia substitutiva em percentual equivalente a 10% (dez por cento) do valor da sua proposta.

(...)

I.2 – DO PEDIDO

ANTE O EXPOSTO, requer-se seja a presente impugnação RECEBIDA, CONHECIDA e PROVIDA INTEGRALMENTE, para que, ao final, esta Douta Comissão de Licitação a) reformule o item do edital que se refere à qualificação de habilitação econômico-financeira, possibilitando a apresentação **alternativa** de patrimônio líquido/capital social igual ou superior a 10% do objeto do edital, ou, ainda, somente a aceitação de garantia contratual como suporte de contrato quando não atingidos índices no valor igual ou superior a 1,0; b) além da apresentação da justificativa prévia a respeito das exigências de índices contábeis de capacidade econômico-financeira contidos no Edital para prestação dos serviços ora licitados;

II. DO JULGAMENTO

Inicialmente, esclarece que o presente Edital foi analisado e aprovado pela Consultoria Jurídica das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da INB e Lei nº 13.303/2016.

Tendo em vista os argumentos acima expostos pela Impugnante, o Pregoeiro analisou o pleito, e entende que é possível avaliar a capacidade financeira da futura contratada através apenas um dos critérios de avaliação, sem prejuízo ou risco para esta Administração.

Dessa forma, o Edital será retificado, possibilitando apresentação alternativa dos critérios de habilitação econômico financeira, como segue:

“c) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei. Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar o seguinte:

➤ Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

Sendo: Índice de Solvência (I.S.) = $AT / (PC + ELP)$;

Índice de Liquidez Geral (I.L.G.) = $(AC + RLP) / (PC + ELP)$;

Índice de Liquidez Corrente (I.L.C.) = AC / PC ;

Onde: AT = Ativo Total, AC = Ativo Circulante, RLP = Ativo Realizável a Longo Prazo, PC = Passivo Circulante, ELP = Passível Exigível a Longo Prazo.

➤ Caso a empresa apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices referidos acima, somente será considerada com boa situação financeira caso o Patrimônio Líquido não seja inferior a 10% (dez por cento) do valor global da proposta para contratação.

III. CONCLUSÃO

Após análise do pleito da impugnante e tendo em vista o acima exposto, o Pregoeiro julga que, no MÉRITO a presente Impugnação é PROCEDENTE, entendendo ser a melhor alternativa ACATAR a Impugnação e proceder as alterações no Edital conforme acima mencionado.

Apesar das alterações, NÃO será prorrogado o prazo para abertura das propostas e a sessão de disputa no portal de licitações - COMPRASNET, uma vez que as alterações não alteram a formulação das propostas.

Resende, 28 de maio de 2024

MARCELO DE FARIA
HILARIO:109692628
84

Assinado de forma digital
por MARCELO DE FARIA
HILARIO:10969262884
Dados: 2024.05.28 14:12:10
-03'00'

Marcelo de Faria Hilário
Pregoeiro

Aprovado:



Felipe Gabriel dos Santos Corte
Gerente de Contratações



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAQUÃ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

RESPOSTAS A IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

**Pregao Eletronico nº 47/2024
Processo Licitatório nº 1473/2024**

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO, DO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE CARTÃO COM CHIP OU TARJA MAGNÉTICA, EM REDE DE POSTOS CREDENCIADOS.

Solicitante: **TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A**

Apresentamos a resposta ao Pedido de Impugnação da empresa **TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A**, que assim segue:

Tendo em vista a necessidade de não ferir o princípio da competitividade e a necessidade de ampliá-la, acato a presente impugnação e solicito a retificação do edital e indicação de nova data para a sessão do PE: 047/2024, conforme solicitado: (...) “a qualificação econômico-financeira se daria por meio de comprovação de Capital Social ou de Patrimônio Líquido até 10% do montante da contratação.”

Camaquã, 10 setembro de 2024.



CRISTIANE SILVA DA CUNHA
10/09/2024 16:41:56

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

**Cristiane Silva da Cunha
Secretária Municipal da Administração e Planejamento**





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MACRO REGIÃO DO SUL DE MINAS

CNPJ 13.985.869/0001-84

Rua João Urbano Figueiredo, 177

Parque Boa Vista – Varginha (MG) – CEP: 37.014-510



DECISÃO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A, inscrita no CNPJ sob o número 03.506.307/0001-57, no Processo Licitatório nº 017/2024, Pregão Eletrônico nº 006/2024.

A impugnação resta tempestiva.

Acolho o Parecer Jurídico nº 026/2024, bem como decisão da Sra. Pregoeira, sendo incontestável a necessidade da retificação pleiteada pela licitante acima citada.

Passo a decidir.

Mediante o exposto, decido pelo **PROVIMENTO** à peça impugnatória apresentada pela empresa TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A, devendo-se excluir o subitem 8.5.2.1, 8.5.2.2, 8.5.3 e 8.5.4 e todos os demais subitens interligados, passando a constar a seguinte redação no Edital “*Nos termos do Art. 69, parágrafo 4º da Lei 14.133/2021, apresentar capacidade econômico financeira mediante capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente e até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.*”

Sendo que, feitas estas retificações, mantenha-se a data do certame, uma vez que, em nada prejudicará a formulação das Propostas.

Dê-se vista da presente decisão aos interessados.

Publique-se

Varginha-MG, 22 de março de 2024.



FILIFE AUGUSTO BATISTA DE SOUZA
SECRETÁRIO EXECUTIVO

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023.

Em tenção ao quanto requerido, 'Portanto, gostaríamos de solicitar que este órgão altere o edital mencionando que ALTERNATIVAMENTE, as empresas que não alcançarem o índice exigido, serão consideradas habilitadas se comprovarem possuir um capital mínimo ou valor do patrimônio líquido correspondente a 10% da estimativa de custos e/ou garantia contratual."

Registramos que a alternativa vem enfrentando restrições juto ao Tribunal de Contas da Bahia.

Entende o município a possibilidade do acatamento de tal hipótese, por firmar a condição de liquidez da empresa, dito isto e por orientação da Procuradoria municipal, acatamos o quanto requerido, fazendo alteração editalícia e reformulando os prazos contemplados pela mudança.

Pilão Arcado/BA, 16 de janeiro de 2023.

Deivid Fonseca Borges
Pregoeiro